

INTRODUÇÃO

As discussões que envolvem patrimônio, meio ambiente, ecossistemas, materialidades e imaterialidade simbólicas têm ganhado força na contemporaneidade em virtude das centenas de projetos que visão tão somente a exploração desenfreada do espaço em prol de seu declínio-fim. Assim, diversas são as formas embasadas nos Estudos Culturais que buscam investigar os efeitos dessas explorações sobre os espaços e sobre os indivíduos que neles habitam e se constituem enquanto seres de cultura.

Nesse sentido, considerando o caráter interdisciplinar dos Estudos Culturais como campo de investigação, através de um viés fortemente demarcado pela sociologia, as pesquisas que empreendem um determinado estudo de caso, do ponto de vista da teoria da cidade, do patrimônio, da memória, bem como dos espaços etc., asseguram-nos um olhar preciso e clínico com relação à própria manutenção e modernização da sociedade.

No tocante à modernidade, é importante discutir que sempre houveram projetos urbanos que deflagraram inúmeras reações sobre os espaços, em menor medida, nos séculos passados em virtude da falta de maquinário. Entretanto, o que tem acontecido nos dias atuais é, além dos inúmeros impactos sobre o espaço, a tentativa de apagamento das existências dos moradores das comunidades tradicionais que são atingidas por tais empreendimentos. Desse modo, não se considera a cultura, tampouco a história, nem a quantidade de moradores e práticas profissionais exercidas na determina comunidade, considera-se tão somente os alvarás e licenças ambientais que autorizam as construções.

Nesse sentido, neste artigo intentamos discutir os efeitos da violência social da expansão da cidade sobre as memórias identitárias das comunidades tradicionais, delimitando a discussão no contexto da implementação do Porto São Luís sobre a Comunidade do Cajueiro. Para viabilizá-la, a pesquisa caracteriza-se, metodologicamente, como básica, precedida de revisão bibliográfica, utilizando como método a análise crítica, tendo como *corpus* a literatura específica disponível, que se utiliza, via de regra, do estudo de documentos e da metodologia etnográfica.

No tocante ao aporte teórico, recorreremos às discussões de Assmann (2008b; 2011), Brandão (2015), Halbwachs (2006), Pollak (1992), Sarlo (2007) entre outros. As considerações finais apresentam contribuições que justificam a

permanência das comunidades tradicionais, bem como os efeitos da modernidade sobre esses espaços de memória e de afetividade, incutindo ainda sobre o lugar da violência sobre os moradores, que combativamente lutam para suas permanências e para a preservação de suas raízes culturais e antropológicas.

2 CONHECENDO A COMUNIDADE DO CAJUEIRO: breves considerações

O Estado do Maranhão é conhecido internacionalmente por ter um dos mais belos e extensos litorais do país, com uma das maiores faixas de areia, além de sediar um dos melhores espaços de lançamento de foguetes do mundo. Desse modo, o Maranhão recebeu grande potencialidade nacional e internacional com a inauguração, em 1983, através do Núcleo de Lançamento de Alcântara (NUCLA), sediado na cidade de Alcântara, região propícia para lançamento de foguetes e ônibus espaciais considerando a aproximação com a linha do Equador, o que veio e continua vindo despertando interesse de diversas empresas de tecnologias que, gradativamente, se instalam e interferem na dinâmica do Estado e, principalmente, das Comunidades tradicionais.

A Comunidade do Cajueiro, objeto *locus* desta pesquisa, integra a zona rural da cidade de São Luís. Cabe ressaltar, neste recorte discursivo, que a Ilha do Maranhão é formada por um arquipélago com mais de cinquenta ilhas com variadas origens e dimensões geográficas. A maior delas é a Ilha de São Luís, onde se localiza a capital. Agregados a essa estão localizados os municípios de Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar (MARANHÃO, 2004, apud ALVES, 2014).

Nesse sentido, a Comunidade Cajueiro apresenta-se por ser um espaço litorâneo, com aproximadamente 500 famílias, que já dividem espaços com inúmeras empresas de exploração, tais como fábrica de cimento, fábrica de fertilizantes, usinas e refinarias da empresa Vale entre outras, sendo circunscrita pela estrada de ferro responsável pelo transporte de minério de ferro. Por estas e outras razões, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, essa comunidade se localiza em uma das áreas mais pobres e desiguais do país, assumindo também a posição como uma das mais poluídas.

Na contramão das explorações, a Comunidade do Cajueiro sobrevive da pesca artesanal, da caça e da agricultura familiar. É importante destacar que ela carrega consigo um cotidiano típico de comunidades de praia e de manguezais.

Assim, no contexto geral, esses efeitos sociais e ambientais já se verificam na região do Itaquí Bacanga, em especial na Comunidade pesquisada, também conhecida como Vila Cajueiro ou Sítio Bom Jesus do Cajual, que se constitui de cinco pequenos núcleos, assim denominados: Parnauçu, Andirobal, Guarimanduba, Morro do Egito e Cajueiro, que estão situadas na Zona Rural II do município de São Luís/MA e vem, desde os idos de 2014, sofrendo ameaças de deslocamento compulsório e ameaças ao seu potencial paisagístico e cultural.

Quanto aos patrimônios imateriais, entre culturais e de potencial turístico, temos o Terreiro do Egito, local de cultos afro-brasileiros, cujas narrativas remontam ao século XIX, sendo um dos mais antigos do Brasil no tocante ao patrimônio imaterial do Maranhão. Assim, sobre essa assertiva, Sant'Ana Júnior (2017, p. 10) discorre que:

Na busca pelo reconhecimento de um território e contra a expropriação de milhares de famílias da Zona Rural II de São Luís/MA, é que, mesmo vivendo com medo e estando sobre ameaças constantes para que vendam seu lar, seu sustento, sua casa, moradores do Cajueiro fazem uso de uma ancestralidade, da memória de um patrimônio imaterial, a fim de permanecerem na terra. O terreiro do Egito, espaço sagrado localizado na comunidade, é acionado como uma ferramenta de luta, na garantia do lugar enquanto lar, sustento e casa, assim como patrimônio “imaterial” do Maranhão.

Considerando as características geográficas, espaciais e imateriais da referida comunidade, fazem-se necessárias intervenções do Poder Público para assegurar aos moradores a continuidade de suas existências, bem como a preservação das imaterialidades territoriais construídas histórica e socialmente. Nessa assertiva, cabe-nos questionar o lugar da preservação do patrimônio das pequenas comunidades de representação social, entendidas como minoritárias, junto aos grandes projetos de desenvolvimento urbano dos espaços que as rodeiam.

Neste contexto, destacamos que o Estado do Maranhão tem sido marcado historicamente por uma desigual distribuição de renda econômica, tensões e disputas por territórios, o que gera, conseqüentemente, uma exclusão social. Tal tensão é fruto da falta de investimentos em alguns setores, a saber: saúde, infraestrutura, turismo sustentável e educação, quer pela má gestão política e ambiental, quer pelas ações que combinadas às políticas de desenvolvimento típicas do capitalismo, não eliminam os determinantes das desigualdades, apenas aliviam seus efeitos.

Em razão disso, surge a necessidade e inquietude de uma maior atenção sobre a teoria das cidades e os efeitos dessas sobre as comunidades rurais adjacentes. Com isso, a cidade e sua multiplicidade de sentidos e de campos de estudo (sociologia, história, geografia, turismo, economia, demografia etc.) são capazes de revelar a complexidade e importância da questão exploratória, em especial a observação no que se refere à expansão, principalmente com o advento do campo de investigação dos Estudos Culturais.

Portanto, considerando as especificidades potencializadoras da Comunidade do Cajueiro, bem como suas materialidades concretas e simbólicas, entre questões patrimoniais e de sobrevivência, os efeitos da violência social através da expansão do espaço urbano, seja pela implementação de grandes empreendimentos, seja pela ineficiência do Estado, devem ser investigados para que medidas sejam tomadas resguardando o direito dos moradores e da continuidade de uma existência antropológica, cultural e patrimonial das referidas comunidades circunscritas às margens da cidade.

3 MEMÓRIA E IDENTIDADE: entre o narrar, o revisitar e o Ser

“A memória é a mais alta imaginação”

Octávio Paz

As discussões que envolvem Memória e formação/constituição das Identidades têm sido constantes quando problematizamos o lugar das comunidades tradicionais no cenário contemporâneo, haja vista serem todos os dias ameaçadas pelos grandes projetos de expansão urbana que as rodeiam. Desse modo, cabe refletir sobre os lugares que cada um ocupa na pirâmide de constituição dessas comunidades, no tocante às suas materialidades históricas e antropológicas. Nessa acepção, quando pensamos em Octavio Paz, especificamente em *O arco e a lira* (1984), obra da qual tiramos a citação que inicia esse texto, mergulhamos nas mais densas questões de identidade, pois a Memória, assim como a Língua, o Dialeto etc. é um dos grandes fatores de identidade de uma comunidade.

Nesse sentido, dialogicamente, Memória e Identidade coagulam para que os espaços se tornem também espaços de afetividade, uma vez que essas duas epistemologias se reinventam por meio de percalços que estão para além de suas

condições veritativas, sendo possível a evocação da lembrança a partir de algum objeto que circunda a vida cotidiana. Assim, a imaginação atua como transporte ao arquivo, entendido como lugar onde se guarda o intangível, o vivido. O arquivo, por sua vez, é para nós o espaço das lembranças, e, nesta pesquisa, a comunidade do Cajueiro e todas as suas inferências, tanto do ponto de vista concreto quanto abstrato.

Neste universo de construções simbólicas, atreladas ao processo imaginário, temos os movimentos de guardar as vivências e de ativá-las em circunstâncias das mais inesperadas, movimentos que corroboram com a assertiva de que essas comunidades narradas individual ou coletivamente afetam o Ser, individual, coletivo e cultural, que para se manter ligado à sua ancestralidade, à sua comunidade, a revisita todas as vezes que forem necessárias para se conceber no mundo como um ser cultural, conforme discute Bhabha (2008).

Se a Memória constitui as identidades a partir das experiências individuais e/ou coletivas, como os espaços físicos se estruturam após as expansões da cidade, que se apropriam de seus territórios em nome de uma modernidade? Como sobrevivem as comunidades soterradas pelas expansões dos espaços citadinos? Como as Memórias sobrevivem aos efeitos da violência espacial? São muitas as questões que penetram o processo de destruição das comunidades tradicionais em nome da modernidade, tal como se apresenta na proposta de implementação do Porto São Luís quando da destruição da Comunidade do Cajueiro, cuja assimetria tem caráter emergente e não considera nada além do projeto urbano.

Nesta acepção, no movimento de apagamento das comunidades tradicionais a partir das expansões do espaço urbano, a Memória vai dando lugar à massa opaca, ao concreto e à “tão sonhada modernidade”, que esvazia o chão e deserta todas as identidades ancestrais que povoaram esses territórios. Cabe destacar que tais processos de expansão não são inéditos no Maranhão, pois a cidade de São Luís foi marcada pelos interesses capitalistas de grupos dominantes em toda sua história, desde os idos coloniais.

No século XX, mais especificamente a partir da década de 1970, devido às transformações pelas quais o estado do Maranhão passou, a capital atravessou por uma série de mudanças no seu território geográfico e cultural, pois, conforme evidencia Santos (2013, p. 43): “[...] a economia maranhense se torna mais dinâmica, isto é explicado pelo projeto nacional arquitetado pelo regime militar implantado nessa época, como o Projeto Grande Carajás [...]”. Para Ribeiro Júnior (2001, p. 132)

“A capital maranhense sofreria modificações, pois o grande capital, que se movimentava pelo amplo espaço das economias internacional e nacional, atingi-la-ia [...]”.

Com a implementação de projetos que “visavam/visam” a construção de uma cidade economicamente estruturada, paralelamente outro espaço deixava/deixa de existir - os espaços de Memória. Nesse contexto, teorizando sobre os estudos que circunscrevem a Memória, as Representações e as Identidades começaram a surgir com maior notoriedade no final do século XX e início do século XXI. Assim, as discussões que tematizam a memória tiveram como precursor o filósofo Henry Bergson, seguido do sociólogo Maurício Halbwachs, influenciado por Émile Durkheim, de maneira com que todas as concepções epistemológicas sobre Memória, esquecimento, recordação, lembrança retomem a um desses teóricos.

As discussões acerca da Memória requerem atenções em diferentes áreas do conhecimento, uma vez que é constituída a partir de inúmeras reflexões. No campo histórico, sua problematização direciona para questionamentos que não devem ser entendidos como definição-fim, mas como um ponto de partida para discussões sobre seus inúmeros sentidos, bem como das lembranças, do ato de recordar e do esquecer. Assim, cabe destaque para o recordar, movimento de inquietude que, sendo uma experiência que se anuncia continuamente, acaba influenciando o futuro. Nesse sentido, a Memória é associada, metaforicamente, ao ato do ruminar, cuja ação de mastigar posteriormente o que é colhido no presente reforça o lugar da revisitação, das lembranças e dos espaços.

No interstício da questão, Pollak (1992, p. 04) pontua que:

Essa predileção atual dos pesquisadores pelos conflitos e disputas em detrimento dos fatores de continuidade e de estabilidade deve ser relacionada com as verdadeiras batalhas da memória a que assistimos, e que assumiram uma amplitude particular nesses últimos quinze anos na Europa.

A assertiva do autor inscreve nesta pesquisa os lugares ocupados por cada ente envolvido, cujas batalhas refletem diretamente nas tomadas de posições individuais. Tais posições, muitas vezes, nos encaminham “involuntariamente” para que participemos como agentes passivos e suscetíveis às diversas opressões sociais, pois como “minorias” de representação política não há muito que se fazer quando é uma questão combativa com o Estado.

Nesse contexto, enquanto minorias de representação social, considerando os moradores da Comunidade do Cajueiro, suas memórias constituídas de forma individual e coletiva corroboram para a constituição de uma tessitura que vai contra qualquer ameaça de destruição, como é perceptível nos grandes centros urbanos, Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo. A aura é perdida ao passo que a cidade toma para si as formas geométricas da expansão, do esvaziamento das memórias, conforme discute Benjamin (1987), o que afeta diretamente na construção das identidades das novas gerações.

Considerando o esvaziamento das memórias, Giorgio Agamben (2012, p. 95) aponta para uma relação de voltar-se para os objetos para compreendê-los e para libertá-los, afirmando que “O poder da linguagem deve voltar-se para a linguagem. O olho deve ver o seu ponto cego. A prisão deve encarcerar-se a si própria. Só assim os prisioneiros poderão sair”. A partir dessa assertiva, compreendemos os esforços que os moradores das comunidades exercem ao combaterem corporalmente as ações do Estado, que afirma ter domínio sobre tudo e todos, alegando, via de regra, que as terras são emprestadas aos moradores, ficando condicionada a ideia de que a qualquer momento podem ser incorporadas a seus patrimônios e para fazer o que bem entender.

As violências sociais praticadas pelo Poder Público contra as comunidades tradicionais visam unicamente seu bem-estar, a manutenção de seu status nacional e internacional, afinal de contas dizimar populares, pequenas comunidades etc., em prol de um “mega projeto” é sinônimo de boa gestão e, conseqüentemente “melhorias” para a sociedade de maneira geral, proposta que desqualifica os moradores das comunidades afetadas como seres de cultura, de ancestralidade, quebrando uma relação afetiva que esses estabeleceram com os territórios.

Na linha dessa discussão, Maurice Halbwach (2006), discute a memória coletiva como matéria-prima para a constituição do sujeito, ainda que a experiência seja individual.

Toda a arte do orador consiste talvez em dar àqueles que o ouvem a ilusão de que as convicções e os sentimentos que ele desperta neles não lhes foram sugeridos de fora, que eles nasceram deles mesmo, que ele somente adivinhou o que se elaborava no segredo de suas consciências e não lhes emprestou mais que sua voz (HALBWACHS, 2006, p.47).

A partir do exposto pelo autor, a memória é entendida como uma (re)construção do passado com flash's do presente e com participação de integrantes

da comunidade. Tal movimento é consequência mais do presente do que do passado, numa perspectiva em que o indivíduo é influenciado por seu grupo social e pela posição que ocupa nele. Desse modo, antes de ser individual o sujeito passa pela experiência coletiva, é um rito que precisa ser vivido para que aconteça o pertencimento.

Assim, o reconhecimento do caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva, a partir da noção de coisas desassociadas de seus respectivos lugares, já anuncia a inversão de perspectiva que marca os trabalhos atuais sobre esse fenômeno. Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como eles se tornam coisas; como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. (POLLAK, 1992, p. 04). Corroborando com o autor, numa perspectiva mais contemporânea, Izquierdo (2011) assevera que “[...] somos aquilo que recordamos e esquecemos”, tal assertiva ratifica a discussão de Halbwachs no que diz respeito à presença do passado na construção do presente, enquanto revisitação às memórias como continuidade do agora.

Os monumentos, as ruas, as ruelas, os pontos de cultura, os moradores mais antigos, as tradições, bem como os marcos temporais, que se evidenciam a partir das narrações na Comunidade do Cajueiro, demarcam um sentido e um espaço antropológico que supera a noção de patrimônio. Nesse contexto discursivo, Foucault (2008, p. 7) discute a função da história na definição e redefinição dos papéis e a mudança de posição assumida pelos espaços:

A história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo; ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. (FOUCAULT, 2008, p. 07).

A partir do que preconiza Foucault, a mudança sofrida pela história no processo de registro e discussão de suas materialidades respinga em todas as suas instâncias. Não é mais um movimento de uma única voz, sob uma única matriz de interpretação, é sobre um processo plural de significados que busca ouvir todos os integrantes das comunidades, num processo de definição de características que os identifiquem como unidade ao mesmo tempo como heterogêneos.

Nesse sentido, os lugares que servem de palco para a construção e disseminação das identidades culturais assumem lugares geográficos, e para além desses, lugares de afetividade. Segundo Pollak (1992), esses são lugares que

marcaram por terem sido palcos de vivências únicas, de horas vivas. Para o autor, as horas vivas são responsáveis por registrar os momentos únicos, excluindo-os dos momentos cotidianos e repetitivos, considerados pertencentes às horas mortas.

No tocante à Identidade, salientamos que ela é formada por inúmeros processos que atuam sobre si; correlacionando-a com a Memória, entendemos que essa é uma junção de identidades, em espaços geograficamente situados e num tempo cronológico marcado por fendas do passado, que se derramam sobre o presente e influenciam o futuro. Assmann (2008b, p. 18) discute memória sob a perspectiva da consciência:

Como a consciência, a linguagem e a personalidade, a memória é um fenômeno social, e na medida em que recordamos, não só descemos às profundezas de nossa vida interior mais própria, mas introduzimos nesta vida (interior) uma ordem e uma estrutura que estão socialmente condicionadas e que nos ligam ao mundo. Toda consciência está mediada pelo social.

A partir da relação social, pontuada pela autora, estabelecemos além de um vínculo com o outro, um vínculo condicionado pelos integrantes no/pelo espaço através das subjetividades. Tais espaços de memória não são criados de forma acidental e aleatória, eles apresentam características que ligam uns aos outros a partir de objetos comuns. No caso da Comunidade do Cajueiro, os espaços são de uma comunidade rural banhada pelas águas da baía de São Marcos, nas encostas da da capital maranhense, que é de fundamental importância para navegação marítima entre a Ilha de Upaon-Açu e o oeste do Maranhão (Travessia São Luís- Alcântara). As memórias e as identidades ali construídas arraigam por um universo abstrato e encontram nas ciências humanas respaldo crítico.

Portanto, memória e identidade são dialógicas e interpelam os sujeitos pertencentes aos espaços geográficos de inúmeras formas, utilizando-se de objetos que despertam lembranças e de um tempo cronológico que fica preso às margens da Comunidade do Cajueiro, *locus* desta pesquisa. No tocante às materialidades patrimoniais, entre casas, nomes e sobrenomes de populares que carregam sobre seus corpos a historiografia do lugar, a revisitação é necessária e constante para a manutenção do pertencimento cultural desses indivíduos, cujos espaços cotidianos encontram na tessitura narratológica subsídio para suas permanências e continuidades.

4 COMUNIDADES TRADICIONAIS VERSUS MODERNIDADE: os efeitos da expansão da cidade de São Luís sobre a Comunidade do Cajueiro

O homem, ante a sua inquietude e a condição questionadora da realidade em que vive, ao transformar a natureza também transforma seu mundo: social, político, geográfico, econômico, e ambos microuniversos formam a cultura em diálogo com outras assertivas, tais como o pertencimento, as diversas manifestações artísticas, bem como as formas de sobrevivência específicas de cada contexto. Nesse sentido, considerando a assertiva de como o homem muda o mundo em que vive; também ele é mudado pelo mundo quando sofre a mutação por ele causada. Assim, ele mantém com a natureza uma relação dialética, na qual ele a transforma e é transformado por ela, e isso é a verdadeira essência de sua própria condição de existência.

Diante dessa assertiva, a natureza pode ser definida pelos materiais e pelas forças ambientais que influenciam-no, mas que acabam sendo transformados por ele. (PEPPER, 1993). A natureza tanto é modificada pelo homem, como se auto modifica em seu ciclo natural de existência. É importante destacar que sendo a mudança recíproca há a preservação de um movimento equilibrado. Tal equilíbrio, a partir do sistema de interrelação simbiótica, ocorre pelo processo de adaptação ao meio e pela preservação de sua história.

Quanto à preservação da história, salientamos os papéis ocupados pelos mais velhos na construção das memórias das comunidades tradicionais, que além de embasar suas materialidades simbólicas, justificam suas respectivas permanências, assegurando-lhes direitos em detrimento da violência social exercida pelo Estado. Nesse contexto, sobre o papel do ser narratológico, do ser de memória que materializa na histórias o lugar do espaço, Certeau (2014, p. 192) discorre que eles,

[...] Assumem o papel misterioso que as sociedades tradicionais atribuíam à velhice, que vem de regiões que ultrapassam o saber. Eles são testemunhas de uma história que, ao contrário daquelas dos museus ou dos livros, já não tem mais linguagem. Historicamente, de fato, eles têm uma função que consiste em abrir uma profundidade no presente, mas não têm mais o conteúdo que provê de sentido a estranheza do passado [...].

A partir das discussões do autor, identificamos os lugares ocupados pelos moradores das comunidades tradicionais, que vão perdendo a voz ao passo que o lugar se moderniza. Benjamin (1987) é precursor em afirmar que os narradores vão perdendo sua vivacidade ao passo que a *aura* das coisas é substituída pela plasticidade da modernidade. E com o projeto de modernidade não há lugar para o que é entendido

como velho, ultrapassado e passível de substituição. Nesse sentido, substitui-se o tempo passado por um futuro líquido, conforme nos afirma Bauman em *Modernidade Líquida* (1999).

Embora as violências físicas e simbólicas sejam presentes nas comunidades minoritárias do país, cabe destacar o peso da história do povo sobre o projeto de construção da história nacional, pois ao passo que os sujeitos se inscrevem nas estâncias sociais passam a intervir direta ou indiretamente no mundo e em seus lugares de fala. Desse modo, ainda sobre o lugar desse sujeito que narra e que se projeta autobiograficamente sobre os espaços, Sarlo (2007, p. 51) infere que o “Sujeito que narra atribui sentidos a todo detalhe pelo fato de que ele o inclui em seu relato [...]”.

Nesse sentido, considerando o contingente de famílias que habitam a Comunidade do Cajueiro, demarcando mais de quinhentas, destacamos além dessas características as manifestações religiosas africanas e afro-brasileiras que, por sua vez, são consideradas como uma das mais antigas do Brasil, retomando seu início no século XIX. Assim, esses espaços não estão soltos ou aleatoriamente situados, eles retomam um processo historiográfico habitando os pertencimentos de seus moradores.

Assmann (2011) discute em seu livro *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural* (2011), sobre o fim da memória nas últimas décadas em virtude de um processo de esquecimento, que é resultado da modernização. A assertiva da autora vai de encontro com as discussões de Bauman quanto à liquidez da contemporaneidade, marcada assiduamente pela industrialização de todos os processos, pela presença exacerbada e pela dependência das tecnologias em nome da “facilidade”.

Nesse contexto de facilidades e de disputas acirradas pelo status de sociedade evoluída, na tentativa de fuga da sub-categoria “terceiro-mundista”, o Brasil vem esgotando seus recursos naturais de maneira com que os maiores prejudicados sejam sempre os moradores e seus respectivos patrimônios. Cabe lembrar, neste contexto discursivo, os efeitos do rompimento da barragem de rejeitos da empresa Vale, na cidade de Mariana, no interior de Minas Gerais, no ano de 2015.

Os efeitos de acidentes como esse sobre os territórios são inenarráveis do ponto de vista ambiental, cultural e antropológico, pois são lesados os espaços físicos, memória, identidade, as pessoas que são apagadas [que morrem], os monumentos que se perdem em meio à lama, nesse caso especificamente, entre outras atrocidades, o

que oportuniza o surgimento de um espaço opaco resultado do projeto de modernidade, que não considera as identidades, os territórios, tampouco a constituição cultural do povo, tomando-lhes tudo até a própria vida.

A justificativa do Estado do Maranhão para a implementação do Porto São Luís na Comunidade do Cajueiro é basicamente a obtenção de lucros em troca de empregos e “desenvolvimento local”. A partir dessa assertiva, nesse contexto, perguntamo-nos até que ponto são válidos empreendimentos de tal expressividade? Todavia, há que se destacar, ainda, que segundo o governo maranhense com a implementação do novo terminal de uso privado em São Luís, serão gerados 4 mil empregos de forma direta e a capacidade de movimentação do novo Porto é de cerca de dez milhões de toneladas por ano – sendo sete milhões de soja e milho, 1,5 milhão de fertilizantes, 1,5 milhão de carga geral e 1, 8 mil metros cúbicos de derivados de petróleo¹, o que acarretaria, também, em maior arrecadação fiscal, aliada ao desenvolvimento da Ilha de São Luís.

No entanto, os números apresentados pelo Governo para a expansão não contemplam os impactos sobre o espaço, sobre memória e identidade daquela comunidade tradicional, sobre a vida das pessoas e como isso intervirá negativamente num dado espaço de tempo cronológico. Assim, para ilustrar os efeitos dos projetos sobre as comunidades e as sequências de desmontes, recorreremos às discussões de Cutrim (2001, p. 63) quanto à implementação da empresa Alumínio do Maranhão S.A. – ALUMAR:

[...] O horizonte vislumbrado pela ALUMAR – Alumínio do Maranhão S. A., responsável pela transformação do alumínio oriundo da região de Trombetas na Amazônia e a CVRD – Companhia Vale do Rio Doce que escoar por via férrea, que liga o lugar de extração à rampa de embarque no Porto do Itaqui, a produção de minérios de ferro e Manganês, da Serra de Carajás localizada no Estado do Pará, não se confirmaria do modo esperado.

A tão sonhada industrialização mais uma vez não chegou a contento, pois estas mudanças permitiram o avanço do comércio varejista e atacadista, dos serviços especializados, tanto da esfera pública, zona privada, melhoramento do capital social básico: portos e comunicação em especial. Do outro lado da moeda, aumentou a violência urbana, habitações permaneceram insuficientes, aumento da marginalização, mendicância e trânsito conturbado.

A partir do que discute a autora, os impactos descritos do ponto de vista das minorias sempre estão relacionados com suas vivências. De um lado a

¹ <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/desenvolvimento/o-governo-do-maranhao-ajudou-que-o-porto-sao-luis-virasse-realidade-destaca-empendedor-chines>

modernidade da cidade tem um custo muito caro para os habitantes; de outro, não há uma preocupação com esses grupos, tampouco investimentos capazes de amenizar as sequelas da exploração, o que não justifica as mesmas.

Nessa acepção, retomamos o lugar dos sujeitos que habitam esses espaços como construtores de memórias e combatentes, uma vez que, segundo Assmann (2013) tendo como referência a concepção de memória cultural como um diálogo entre os mortos e os vivos, sob uma ótica da coletividade, ela sobrevive ao tempo e transcende o tempo de vida do indivíduo. Assim, embora não haja mais o local geográfico em que as memórias foram construídas sempre haverá frechas de lembranças que o retomam.

Dialogicamente construídas, as memórias se referenciam no espaço para se fazerem presentes. Nesse sentido, para Brandão (2015, p. 56 in DALCASTGNÈ & AZEVEDO, 2015), o espaço é “[...] como um “cenário”, ou seja, lugares de pertencimento e/ou trânsito dos sujeitos ficcionais e recurso de contextualização da ação [...]”. A Comunidade do Cajueiro, dialogando com a teoria posta, exerce cenários nos quais os sujeitos revisitam para constituírem-se como seres de cultural.

Ainda sobre as experiências de urbanização da capital maranhense, para situar a discussão no contexto das violências sociais que impactuam os territórios, Ribeiro Júnior (1999, p. 128) discorre que:

A paisagem urbana, com efeito, modificara-se, inclusive, mais recentemente, com a ereção de prédios, tanto residenciais como comerciais, com verticalização elevada, oferecendo contornos mais arrojados à arquitetura da cidade, mormente na área da Ponta D’Areia, São Francisco e Renascença, valorizando o terreno situado nessas zonas nobres.

No atual momento histórico, estão consolidados os traços marcantes de uma urbanização de São Luís, desafiando governantes, arquitetos, engenheiros, economistas, antropólogos, sociólogos e futurólogos, em que se amalgamam no seu espaço de modernidade e novidade, um lado da questão, pobreza e exclusão, faceta de grande discussão.

Nesse sentido, é importante pontuar que a cidade cresce para cima das comunidades adjacentes sem nenhum consentimento, sem nenhuma permissividade. Ela invade e amplia suas estruturas até o limite da natureza, destruindo manguezais, áreas de babaçu, muitas vezes canalizando rios, aterrando lagos, represando-os, além de uma “super-valorização” por trás de uma “suposta” preservação. Assim, para Pedro (2017, p. 25), “Tratar a história como ‘ocorrência eventual’ é impor a morte ao passado, a desconsideração ao valor da ancestralidade e interromper a conexão dele com o futuro. Matam-se significados e raízes para as presentes e futuras gerações”.

A cidade transita num sentido literal entre o desfazer-se violentamente de suas raízes e o reerguer-se a partir das memórias. Para Assmann (2008, p. 24), o fato de o escritor retomar esses universos e se utilizar dessas características,

É uma questão do grupo social que quer recordar, e também do indivíduo que recorda para pertencer ao grupo. Por isso, ambos – coletivo e indivíduo – apelam ao arquivo das tradições culturais, ao arsenal das formas simbólicas, ao “imaginário” dos mitos e das imagens, aos “grandes relatos”, às sagas e lendas, às cenas e constelações, que no tesouro de tradições de um povo sempre estão vivos e podem reativar-se.

A partir da discussão da autora, recorreremos à recordação como movimento de pertencimento à determinada comunidade, grupo etc. Para Pollak (1992) essas experiências contribuem para a constituição de uma identidade individual e coletiva. Essa identidade é uma autoimagem construída para si e para o outro, cujo dialogismo introspectivo é seguido de seleções de memória resultantes da vivência cultural. Nessa acepção, considerando os movimentos acampados junto à comunidade, Pedro (2017) afirma que:

Para analisar a amplitude e desdobramentos desta necropolítica no Cajueiro num “tempo em ação” de colonialidade (MBEMBE, 2015), examino as tentativas de sepultamento de heranças culturais, religiosas, étnicas e arqueológicas e de silenciamento às memórias. Abordo os mecanismos de resistência utilizados por lideranças e mediadores para a proteção de áreas do Cajueiro enquanto patrimônio público, para se contraporem à negação do passado, dos projetos futuros e à própria negativa de existência atual da Comunidade do Cajueiro. [...]

A autora corrobora com nossas discussões, principalmente quando discorre sobre a resistência das lideranças que buscam proteger a Comunidade do Cajueiro, haja vista os projetos já estarem sendo implementados, uma vez que os embargos foram superados e o projeto deve ser conduzido para sua conclusão. Assim, percebemos os efeitos dessa expansão sobre os corpos culturais que se constituíram ali. São espaços de afetividade que, Bachelard (1993, p. 19) definiu como Topofilia, que segundo o autor:

[...] visa determinar o valor humano dos espaços de posse, dos espaços defendidos contra forças adversas, dos espaços amados. O espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente entregue à mensuração e à reflexão do geômetra. É um espaço vivido. E vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação [...]

As discussões ancoradas em Bachelard (1993) compreendem os espaços de afetividade, ratificados posteriormente por Tuan (2012), como espaços de posse - aqueles que apropriam-se para que a imaginação, com todas as suas parcialidades e seleções, retome o processo de criação da narrativa. Tuan, por sua vez, acrescenta que

esse sujeito está condicionado ao/no espaço porque nutre por esse um laço de afetividade, ou seja, ratifica a relação de interação do homem com o ambiente material.

Nesse sentido, Dalcastagnè & Azevedo (2015, p. 12) apontam que tais pesquisas têm como objetivo:

Analisar a relação que se estabelece entre os indivíduos e os espaços por elas/es frequentados, ou efetivamente vivenciados, é imprescindível para se entender a construção das subjetividades encenadas nas narrativas, na medida em que “ler” o espaço e suas representações nos permite “ler” as personagens que nele inscrevem suas experiências [...]

À medida que as disputas vão se acirrando por territórios, cujas presenças vigiadas dos moradores não representaram se quer o direito à moradia, discutir esses espaços, bem como as formas de ocupação e desocupação, subsidia um olhar minucioso para pensar como a sociedade se ergue a partir da degradação das comunidades tradicionais. Nessa direção, Certeau (2014, p. 191) ilumina a discussão ao reafirmar que “[...] Os restos do passado que se foram abrem, nas ruas, escapadelas para um outro mundo[...]”.

Necessário se faz destacar, que a violência social sobre a Comunidade do Cajueiro já acontece desde os idos de 2014, conforme já denunciado pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH², no que pese a temática só tenha ganhado espaço recentemente na grande mídia após a derrubada das 21(vinte e uma) casas dos moradores daquela localidade³. Nesse viés Moreira (2015, p. 34)

À sombra desses ditames econômicos, a presença de seguranças armados no local inibindo moradores, a derrubada de casas por tratores, a constante movimentação de máquinas pesadas e a coação de representantes da empresa WPR fez com que o líder comunitário Clóvis Amorim acionasse o Grupo GEDMMA à procura de apoio para uma reunião que aconteceria na residência da Presidente do Clube de Mães do Cajueiro, em 30 de julho de 2014.

Portanto, pensar na violência social contra as minorias de representação social e política, como é o caso dos moradores da Comunidade do Cajueiro, é identificar os efeitos drásticos da implementação de projetos de urbanização moderna em prol de benefícios para um determinado grupo, em detrimento das existências culturais e antropológicas interpeladas pelo espaço e pelas imaterialidades que constituem essa comunidade, cujos efeitos delimitam o lugar das comunidades

² <http://smdh.org.br/entidades-pedem-revisao-de-posicao-do-tjma/>

³ <http://g1.globo.com/ma/maranhao/videos/v/21-casas-sao-derrubadas-no-povoado-cajueiro-em-sao-luis/7837748/>

tradicionais e o lugar da expansão moderna, neste contexto discursivo, com a implementação do Porto São Luís e seus respectivos efeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do entrelaçamento entre memória e identidade, que tomaram corpo na Comunidade do Cajueiro, intentamos discutir os efeitos da expansão do espaço urbano sobre as comunidades tradicionais a partir da implementação de projetos, cuja disputa desigual assegura o lugar da modernidade em detrimento do espaço em que os sujeitos de culturas se constituíram.

Nesse sentido, nas discussões percebemos as especificidades da referida comunidade, bem como os impactos que intervirão diretamente sobre as territorialidades e sobre as identidades. Os espaços de afetividade darão espaço à massa opaca do concreto e à vida mecânica que se configurará como o novo espírito do lugar, conforme exemplificamos com a implementação da ALUMAR e seus efeitos à médio e longo prazo, que também utilizou-se da .

A memória atrelada ao processo de narrar e ao de constituir-se enquanto moradores pertencentes a uma coletividade, que compartilha de uma mesma identidade cultural, possibilita-nos mergulhar nas espacialidades e nas subjetividades dos moradores que, via de regra, combatem corporalmente as forças do Estado. Embora seja uma disputa desigual, tais indivíduos lutam com o que têm objetivando a permanência da comunidade e o seguimento de seu cotidiano.

Assim, as diversas manifestações e injustiças para com uma minoria que não tem força de representação política no dado momento, mostram-nos os efeitos da violência social da expansão da cidade sobre os que vivem às margens. E, principalmente, sobre os diversos ambientes e patrimônios que serão lesados com tais empreendimentos.

Portanto, as implementações de projetos urbanos que visem tão somente à garantia do Estado e a negligência às comunidades tradicionais dizem muito e respondem por tantos crimes ambientais sediados no Brasil, bem como pelo desequilíbrio da cultura como um todo, uma vez que seu rompimento secular em prol de um empreendimento moderno e industrial deixará marcas inesgotáveis sobre as gerações presentes e as futuras.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Aleida. Canon and Archive. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). Cultural Memory Studies: An International and Interdisciplinary Handbook. Berlin: Walter De Gruyter, 2008.
- _____. Espaços da recordação – formas e transformações da memória cultural. Campinas: UNICAMP, 2011.
- BACHELARD, G. A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BENJAMIN, Walter. “O narrador”. In: Walter Benjamin – Obras escolhidas, vol. 1: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- _____. O anjo da história. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.
- BRANDÃO, L. A. Regimes de espacialidade na literatura brasileira contemporânea. In: DALCASTAGNÈ, R. & AZEVEDO, L. Espaços possíveis na literatura brasileira contemporânea. Org. Porto Alegre (RS): Zouk, 2015.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CUTRIM, Kláutenys Dellene Barros Guesdes. Políticas de preservação do Centro Histórico de São Luís. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2001.
- DALCASTAGNÈ, R. & AZEVEDO, L. Espaços possíveis na literatura brasileira contemporânea. Org. Porto Alegre (RS): Zouk, 2015.
- MOREIRA, Jadeyson Ferreira. ARENAS, REPERTÓRIOS E AÇÕES: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro. Dissertação. Pós Graduação em Ciências Sociais. São Luís: UFMA, 2015.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.
- PAZ, Octávio. O arco e a lira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- PEDRO, V. V. “Quem não pode com a formiga não assanha o cajueiro”: necropoder, margens e interstícios da judicialização do conflito socioambiental na Comunidade do Cajueiro, em São Luís - Maranhão. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017, São Luís. Anais... São Luís: PPGPP/UFMA, 2017b. p. 1-12. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo7/quemnaopodecomaformiganaoassanhaocajueiroviolenciamargenseintersticiosdajudiciali.pdf>>. Acesso em: 10 maio. 2019.
- PEPPER, D. Eco-Socialism. From deep ecology to social justice. London/New York: Routledge. 1993.
- POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. v.2 n. 3. 1989. _____. “Memória e identidade social”. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo B. Formação do Espaço Urbano de São Luís: 1612- 1991. São Luís: Edições/FUNC, 1999.
- SANT’ANA JÚNIOR, H. A.; SANTOS, Dayanne da Silva. FÉ, TERRITÓRIO E LUTA: mobilização e resistência na comunidade tradicional do Cajueiro. In: VIII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2017, SÃO LUÍS. Comunidades tradicionais na luta por territórios, 2017.
- SARLO, Beatriz. A retórica testemunhal. In: Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- TUAN, Y. F. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

ZQUIERDO, I. Memória. Porto Alegre: Artmed, 2011.